



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Após alerta da CGU, ministério reduz licitação em R\$ 2 bilhões

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) reduziu em quase R\$ 2 bilhões o valor estimado de uma licitação bilionária para compra de máquinas, veículos e equipamentos destinados a municípios após um alerta emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU). O certame passou de R\$ 5,33 bilhões para R\$ 3,35 bilhões, uma diminuição de R\$ 1,97 bilhão, após a republicação do edital.

A redução ocorreu após uma auditoria preventiva da CGU motivada por um alerta gerado pelo sistema ALICE, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pelo órgão para identi-

ficar riscos em licitações públicas. Segundo o relatório, a análise apontou possíveis prejuízos à competitividade do pregão e impropriedades na pesquisa de preços utilizada para estimar o valor da contratação.

O objeto do pregão era a formação de uma ata de registro de preços para aquisição de máquinas, veículos e equipamentos que serão doados a municípios por meio do Programa Nacional de Máquinas, Equipamentos e Veículos para o Desenvolvimento Regional e Territorial (INOVA), coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR), vinculada ao MIDR.

Na primeira análise, a CGU identificou quatro problemas prin-



Alerta foi emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU)

cipais: exigências que poderiam restringir a competitividade entre os fornecedores, falhas na metodologia de pesquisa de preços, indícios de sobrepreço de aproximadamente R\$ 780,7 milhões e prazo considerado reduzido entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública.

Após receber as recomendações, o ministério promoveu mudanças no edital. Entre elas, reduziu a exigência de capacidade técnica dos fornecedores, alterou a metodologia

de pesquisa de preços, retirou referências consideradas inadequadas pela auditoria e republicou o certame com novo orçamento estimado. A CGU concluiu que a maior parte das impropriedades foi sanada, mantendo apenas uma recomendação relacionada à metodologia de formação de preços para futuras licitações.

Apesar das correções, a auditoria também apontou fragilidades no planejamento da contratação. Segundo o relatório, o ministério não

apresentou estudos suficientes para justificar os quantitativos e os tipos de equipamentos previstos no edital. A Controladoria afirma que a documentação encaminhada não permitiu comprovar como foram definidos os itens nem a distribuição das quantidades entre as regiões do país.

“Diante da dissonância entre as categorias de maquinário constantes do único documento que suportou o ETP (...) e as que foram efetivamente levadas ao anexo da licitação, entende-se que houve insuficiência no planejamento da contratação”, registrou a CGU.

Ao final, a Controladoria calculou um benefício financeiro de R\$ 1.974.993.590,34 decorrente da redução dos valores licitados, mantendo a mesma quantidade e qualidade dos equipamentos previstos para aquisição. Além disso, recomendou que o ministério aperfeiçoe seus procedimentos de pesquisa de preços, estruture um cadastro nacional das demandas dos municípios e fortaleça a documentação que embasa futuras licitações do programa.

STF aponta guerra entre CV e PCC como causa de homicídios no Norte

O Supremo Tribunal Federal (STF) apontou a existência de uma “guerra” entre integrantes do Comando Vermelho (CV) e membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) em Rondônia. Segundo a Corte, ao menos sete homicídios investigados estariam ligados à disputa entre as facções criminosas no estado.

A referência consta em decisão assinada pelo ministro Cristiano Zanin, que negou um pedido de habeas corpus apresentado pela defesa de Diego Matheus Oliveira de Jesus, investigado por homicídio qualificado e apontado como integrante do CV.

No despacho, Zanin reprodu-

ziu trechos das decisões das instâncias inferiores e destacou relatório policial segundo o qual “sete homicídios estão diretamente relacionados a uma guerra entre membros do CV contra dissidentes e membros da facção rival PCC”.

De acordo com a investigação, os suspeitos integrariam uma estrutura criminosa ligada ao CV, com funções de liderança, gerência e execução. O relatório citado pelo STF aponta que os integrantes atuam em tarefas relacionadas ao tráfico de drogas, homicídios, torturas e posse ilegal de armas.

A decisão também menciona uma tentativa de homicídio contra um homem conhecido como



“QG” do Comando Vermelho fica no Complexo do Alemão

“Dogão”. Segundo os autos, o ataque teria ocorrido como represália à morte de Gustavo Gomes Verly, atribuída pelo CV ao PCC. O documento afirma que integrantes da facção teriam autorizado a execução.

Ao manter a prisão preventiva, Zanin afirmou que a gravidade concreta dos fatos e o contexto de disputa entre facções justificam a medida cautelar. O ministro também destacou que as instâncias anteriores apontaram indícios de participação do investigado em ações ligadas ao chamado “tribunal do crime” e ao planejamento de execuções.

Renan Santos diz que Jaques Wagner “ameaçou” Lula ao citar prisão do presidente

O pré-candidato à Presidência Renan Santos (Missão) afirmou que o senador Jaques Wagner (PT) fez uma “ameaça” ao presidente Lula (PT) ao comentar sua permanência no governo em meio às investigações relacionadas ao caso Banco Master. Segundo ele, a declaração do líder do governo no Senado representa um recado de que o petista não deveria afastá-lo do cargo.

A reação ocorreu após Jaques Wagner afirmar que considera difícil perder sua posição e lembrar que Lula “já teve problemas até maiores” do que os enfrentados atualmente. Para Renan, a fala contém uma

mensagem dirigida ao presidente.

“Aí a ameaça é bem clara. Tem certeza que vai querer me tirar daí, Lula? Não vai me tirar, não”, afirmou. “Primeiro, ele reconhece que está no meio da merda. Segundo, ele reconhece que o Lula foi preso e que estava num escândalo que existiu e que foi maior, coisa que o PT negava. E terceiro, ele deixou uma ameaça para o Lula”.

O pré-candidato também afirmou que o senador estaria cobrando lealdade do presidente. “O que ele está sugerindo é o seguinte: ‘Eu não abandonei o presidente Lula. Espero que ele

também não me abandone’. Acho que é mais ou menos esse o recado que está sendo sugerido ali”, disse.

Durante a fala, Renan voltou a associar Jaques Wagner ao caso Banco Master. Sem apresentar novos elementos, afirmou que o senador teria atuado como interlocutor entre o controlador da instituição, Daniel Vórcaro, e o presidente Lula.

“Jaques Wagner era o homem que, junto com Guido Mantega, fazia o contato e o lobby da turma do Daniel Vórcaro direto com o Lula. Então, o recado dele é um recado público”, afirmou.

Ao final da gravação, Renan

disse que tanto o PT quanto integrantes do bolsonarismo estariam envolvidos no escândalo e defendeu uma renovação política no país.

“É óbvio que o Flávio Bolsonaro está envolvido na lama. Mas óbvio que o PT está mais até do que o Flávio. (...) O Brasil pode dar certo. A gente pode enfrentar, a gente pode destruir esses caras. Mas não vai ser colocando gente envolvida com o crime”, concluiu.

Planalto viu fala como erro

A declaração de Jaques Wagner também provocou incômo-

do dentro do próprio governo. Conforme mostrou a coluna, integrantes do Palácio do Planalto avaliaram que o senador errou ao expor publicamente uma conversa telefônica com Lula e, principalmente, ao afirmar que o presidente já enfrentou uma situação “mais complicada” do que a dele.

Apesar do desgaste, interlocutores do governo afirmam que a relação de mais de quatro décadas entre Lula e Jaques Wagner ainda pesa a favor da permanência do senador na liderança do governo no Senado.